

“Nós um dia ainda vamos ajudar vocês”

1.º Encontro de Lideranças Indígenas

Representantes de 32 tribos, de várias regiões do País, estiveram presentes no 1.º Encontro de Lideranças Indígenas, realizado de 26 a 29 de abril, na Igreja de São Domingos, promovido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Numa reunião fechada, sem a participação de brancos, realizada na tarde do dia 28, foi eleita a diretoria da União das Nações Indígenas (UNIND), tendo na presidência Marcos Terena, 27 anos, estudante de Administração de Empresas em Brasília; na vice-presidência, Alvaro Fernandes Sampaio da tribo Tukano e Lino Cordeiro, secretário, da tribo Miranha.

A UNIND tem caráter nacional e vai eleger diretorias por regiões, por Estados e por tribos.

O cacique Domingos Veríssimo Matos, ex-presidente da UNIND, apresentou, na noite do dia 28, ao público que lotava a Igreja de São Domingos, o novo presidente da entidade Marcos Terena. Na ocasião Domingos Veríssimo destacou que “o 1.º Encontro Indígena foi realizado para que se pudesse ou-

vir os sofrimentos de cada irmão índio e formar uma estratégia para defender os interesses da comunidade indígena”. Ressaltou que através de sua entidade o índio vai mostrar que sabe falar e sabe resolver os seus problemas.

Para Marcos Terena, “a sociedade branca parece que está buscando uma nova experiência de vida. Quem sabe, hoje, não estamos índio e brancos procurando alguma coisa, aqui, sob o teto de uma igreja? Brancos e índios precisam encontrar um caminho para resolver todas as nossas ansiedades”.

O novo presidente da UNIND criticou a Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) assinalando que “a entidade que se diz protetora do índio, está preocupada com a demarcação das terras, mas o que adianta a demarcação se não existem índios para habitar essas terras? E os impostos que vocês, brancos, pagam? Será que está sendo usado para o índio ou a verba é desviada para outros interesses?”

Fotos de Nair Benedicte/Agência F4.



O direito de se organizar

Os direitos históricos dos índios, tema do encontro de lideranças indígenas e entidades de apoio, traduziram-se não somente em direitos à terra e à identidade cultural, mas no direito de os índios se organizarem. É um fenômeno novo, segundo informou D. Tomás Balduino, vice-presidente do CIMI, em que “comunidades indígenas, através da união e articulação, estão partindo para uma recuperação de suas terras e cultura, dentro de uma postura nitidamente política”.

Essa postura “nitidamente política” foi reafirmada pela ênfase dada pelo encontro à União das Nações Indígenas, cuja presidência foi delegada ao jovem Marcos Terena. Essa união já vinha sendo praticada por regiões, por tribos, que por sua própria iniciativa, organizaram-se pela reconquista de suas terras, conforme mostram os fatos:

Há cerca de dois anos, os Kaingang e os Guaranis armaram-se para a recuperação de suas terras, em diversas regiões do sul do país: Nonoai, Mangueirinha, Rio das Cobras. Há poucos dias, os Tapirapés, no norte de Mato Grosso, por sua própria iniciativa, rechaçaram o gado da fazenda — empresa Tapiraguai que estava fazendo pasto com as terras dos índios. E os Xavantes fizeram pressão junto ao governo, ameaçaram entrar em guerra para conseguir a área de Couto Magalhães, também em Mato Grosso, que havia sido tomada por algumas fazendas.

A reação do governo a essa mobilização logo se fez sentir. O índio está sendo visto como perigoso, alvo da Lei de Segurança Nacional. Fala-se na criação de critérios de indianidade, com os quais, o governo declara que um índio — principalmente as lideranças mais ativas — deixa de ser índio, perdendo a proteção do Estatuto do Índio. Segundo o ponto de vista dos órgãos governamentais, organização e tutela são incompatíveis, mas o que se pretende realmente é isolar os elementos incômodos à sua política.

“Não defendemos a tutela — declarou D. Tomás Balduino — Achamos que a tutela é imperfeita, mas é a medida que garante ao índio a sua condição de

indianidade e a posse da terra. Acontece que o governo interpreta a tutela sempre em seu benefício. Utiliza-a para impedir a articulação dos índios, proibindo-os de saírem de suas próprias aldeias. O governo tem desenvolvido o papel de mau tutor, dilapidando os bens de seus tutelados, impedindo o seu crescimento, seu desenvolvimento e sua libertação.”

O lado positivo da tutela foi defendido pelas entidades de apoio ao Índio. “A tutela — disse Maria Helena Pi-

mentel, da Comissão Pró-Índio de São Paulo — deve ser encarada como mecanismo auxiliar, um instrumento para a manutenção dos direitos dos índios”. Para Caio Lustosa, da Associação Nacional de Apoio aos Índios, embora a FUNAI use a tutela visando a produção, ela deve ser reconhecida em termos jurídicos, desde que implique na proteção dos direitos das comunidades indígenas.

Mas não foram apenas os antropólogos, juristas e missionários que falaram sobre os

índios. Os próprios índios — estiveram presentes cerca de 90, representando 35 tribos — manifestaram-se das mais diversas formas, através de palavras, cantos, danças, rituais. “Não somos contra a emancipação — afirmou Domingos Veríssimo (Terena) — desde que sejamos preparados para isso. Para emancipar temos que ter educação, profissão, saúde”.

Já Hibens Menino de Freitas (Iaçú, Alagoas), protestou contra a política indigenista que “vai transformar os in-

dios em peças de museu”. Denunciou a repressão, as péssimas condições de vida de cerca de 22 mil índios que vivem no Nordeste. “Só de falar no Nordeste, já se fala em marginalização — declarou — Imaginem o que é o índio no Nordeste. Índio não quer terra, não quer status. Índio quer sobreviver, preservar seus filhos. A comunidade do índio não foi criada por simples decreto. Não se pode extinguir comunidades apenas por decreto”. (Lais Oreb, Taeco Toma)

A vez e a voz do índio

D. Tomás Balduino, bispo de Goiás e vice-presidente do Conselho Missionário Indigenista, ressaltado pela sua atuação à causa dos oprimidos, criticado pelas suas denúncias de violação dos direitos dos índios, fala sobre a problemática indígena:

“Os problemas, constantes em todo o País — agressão contra os grupos indígenas, contra as suas terras — são agravados pela ganância com relação à terra. O dinheiro não tem valor, então todo mundo procura um pedaço de terra para aplicar seu dinheiro. Os grandes projetos governamentais Proálcool, Proterra e outros, precisam cada vez mais grandes espaços de terras. Os projetos econômicos seguem uma política monetarista, desconhecendo quase totalmente a situação do povo e das suas necessidades. Nessas condições, o índio é o mais indefeso, o mais prejudicado. Sua condição de tutelado o expõe aos maiores riscos de um governo sem escrúpulos e praticamente atético”.

“Em contrapartida, assistimos um fenômeno novo: a união entre os povos indígenas. Unidos, eles estão levantando seus problemas e procurando instrumentos para a sua solução. Grupos dos mais regionalizados estão partindo para a recuperação de suas terras, de sua cultura, numa postura nitidamente política. O índio que nós pensávamos viver numa situação puramente folclórica, apresenta-se numa leitura de realidade e num projeto próprio de enfrentamento dessa realidade. O povo que já era unido na tribo, agora está se unindo tribo com tribo, nação com nação”.

“Isso evidentemente conflita com a atual política do governo, autoritária, centralista, classista e elitista. O índio que era visto como estorvo ao desenvolvimento, que sempre foi ludibriado, agora está sendo considerado como ameaça à segurança nacional. Toda política hoje, sem arrefecer a postura desenvolvimentista, está voltada para uma preocupação com a segurança nacional”.

“Por isso, estão preparando uma modificação no Estatuto do Índio, visando cortar a possibilidade de os índios se organizarem. Estão querendo dar uma emancipação, cortar a condição de grupos indígenas se reconhecerem como índios. Quer dizer, querem emancipar ex-officio, emancipar por ação unilateral da FUNAI. Também ligado a isso, querem criar critérios de indianidade, que praticamente corresponde a uma régua, uma medida da própria FUNAI. Nem precisa emancipá-los. Declarando que não são índios, que não cabem dentro daquela regra criada pela FUNAI, os índios ficam nas ruas, sem terras, sem nada, entregues à sua sorte”.

UM FENÔMENO LATINO-AMERICANO — Esse fenômeno de organização, acho que foi consequência do trabalho do CIMI de propiciar encontros de lideranças indígenas em forma de assembléias de chefes. É interessante que também é um fenômeno latino-americano. Tenho assistido a encontros de índios, assembléias a nível internacional. Há, em toda parte, o mesmo sopro em favor de uma afirmação de sua identidade, direito de ser outro,

direito de ter sua terra, sua autodeterminação”. “Estamos vendo que as minorias étnicas estão se reafirmando. Depois de um tempo de massacre, em que os Estados dominaram, com a língua e a cultura, subjugando e destruindo outras línguas e culturas, estamos assistindo a um fenômeno inverso. Todos os nossos índios, mesmo de contato mais recente com a civilização não índia, têm uma motivação profunda. Estão abandonando as lutas intertribais, estão se unindo e buscando a afirmação de sua identidade, contra a dominação e os efeitos negativos da tutela”.

“Outro fenômeno que é preciso levar em conta, é o apoio que os índios estão tendo na sociedade não índia. Esse apoio, tal como está sendo feito agora, teve início na década de 70, tanto da parte da Igreja, como dos antropólogos. Foi quando a Pastoral Indigenista assumiu a solidariedade com os povos indígenas, na busca de sua afirmação, de seus direitos, e luta pela sua voz e vez”.

“No começo, praticamente só o CIMI gritava em defesa dos índios. A repressão era tanta

que, quase o único espaço a favor dos índios estava dentro da Igreja Missionária. Hoje são numerosas as comissões pró-índios em todas as capitais. Em todas as cidades começam a surgir antropólogos, juristas, missionários, pessoas de boa vontade querendo dar uma contribuição aos índios. Isso tem contribuído para melhorar o conceito imposto pela propaganda imposta principalmente pelos enlatados norte-americanos. De índio-bandido, de empecilho ao desenvolvimento, estamos tendo uma visão nova, de irmão, que nos dá uma lição de vida em comunidade, que respeita a pureza da terra, que não polui e tem uma alma profundamente religiosa”.

“A gente deve reconhecer que, se dependesse dos índios, o futuro deles estaria garantido. Ele deveria aumentar e se adaptar às novas circunstâncias criadas pela presença da sociedade envolvente. Dependendo do índio, repito, ele deveria conviver como índio em nossa sociedade, guardando suas tradições e memória histórica. Isso seria possível, se o índio tivesse a sua voz e vez”. (Entrevista a Taeco Toma)